



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : JR TRANSPORTE E RECICLAGEM EIRELI
CNPJ/CPF : 33.415.742/0001-37
Empreendimento : JR TRANSPORTE E RECICLAGEM EIRELI
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Área Rural número/km S/N RODOVIA BR 494 Bairro Área Rural de Divinópolis
Cep 35504-899 Divinópolis - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Divinópolis (LAT) -20.1022, (LONG) -44.9132
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 3
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 1387/2021

Motivo da decisão:

Com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "JR Transportes e Reciclagem EIRELI" para as atividades de "Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados, código F-05-07-1" e "Processamento ou reciclagem de sucata, código F-05-17-0", no município de Divinópolis-MG. Processo Sei: 1370.01.0022965/2021-45.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Divinópolis, 04/05/2021.

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL REZENDE TEIXEIRA, Superintendente, em 04/05/2021 16:03 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.